



A-138

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 455/2017

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS / EDUCAÇÃO ESPECIAL

PROVA OBJETIVA

Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.
7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

Somente após autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"Não é necessário que você veja toda a escalada, apenas dê o primeiro passo." *Martin Lutter King Jr.*

Cronograma Previsto - Prova Objetiva

Atividade	Início	Término
Publicação das Provas Objetivas - Internet	07/05/2018	
Publicação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet		
Interposição de Recurso contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet	08/05/2018	10/05/2018

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1



pt.wikipedia.org

O texto adiante é a letra do samba-enredo “Meu Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão?”, apresentado neste Carnaval pelo Grêmio Recreativo e Escola da Samba Paraíso do Tuiuti, composto por Claudio Russo, Moacyr Luz, Dona Zezé, Jurandir e Aníbal.

Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela,
É sentinela da libertação

Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado
Senhor, eu não tenho a sua fé, e nem tenho a sua cor
Tenho sangue avermelhado
O mesmo que escorre da ferida
Mostra que a vida se lamenta por nós dois
Mas falta em seu peito um coração
Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz

Eu fui mandiga, cambinda, haussá
Fui um Rei Egbá preso na corrente
Sofri nos braços de um capataz
Morri nos canaviais onde se plantava gente

Ê, Calunga, ê! Ê, Calunga!
Preto Velho me contou, Preto Velho me contou
Onde mora a Senhora Liberdade
Não tem ferro nem feitor

Amparo do Rosário ao negro Benedito
Um grito feito pele do tambor
Deu no noticiário, com lágrimas escrito,
Um rito, uma luta, um homem de cor

E assim, quando a lei foi assinada
Uma lua atordoadada assistiu fogos no céu
Áurea feito o ouro da bandeira
Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel

Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela,
É sentinela da libertação

1. Leia os versos a seguir:

*“Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado”.*

Quanto a esses versos, considerados no conjunto da letra do samba-enredo da Paraíso do Tuiuti, pode-se afirmar que:

- expressam a visão crítica, generosa e plural de um oprimido consciente da natureza e do alcance profundo e complexo da opressão.
- referem-se aos negros africanos com olhos claros, como os oriundos de Serra Leoa.
- relembra que, também, em muitos casos, houve brancos europeus escravizados e traficados nos mercados do “Novo Mundo”.
- referem-se à tentativa desesperada de alguns dos negros escravizados de comprarem a sua liberdade.
- ironizam os negros, brancos, europeus e africanos cristãos cooptados pelos altos lucros obtidos com o tráfico de pessoas.

2. Leia a estrofe a seguir.

*“Eu fui mandiga, cambinda, haussá
Fui um Rei Egbá preso na corrente
Sofri nos braços de um capataz
Morri nos canaviais onde se plantava gente”*

O verso sublinhado na estrofe expressa a ideia de que:

- mulheres e homens escravizados até a exaustão eram enterrados nos canaviais.
- um Rei Egbá foi torturado até a morte por um capataz de um canavial.
- os africanos tornados força de trabalho escrava eram brutalmente desumanizados, coisificados.
- um Rei Egbá foi preso, morto e enterrado numa plantação de cana.
- os capatazes dos canaviais torturavam mulheres e homens escravizados.

3. Considere a estrofe a seguir.

*“Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social”*

Quanto à regência no verso dado, o verbo em destaque é:

- intransitivo.
- transitivo direto.
- transitivo indireto.
- bitransitivo.
- tritransitivo.

4. Leia as próximas estrofes e responda à questão proposta:

*“Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social*

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela,
É sentinela da libertação”

A seleção lexical (a escolha de palavras) nesses versos do samba-enredo ilustra a intenção de seus autores de expressar o ambiente sócio-histórico do período colonial no Brasil. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta palavras com essa referência.

- A) chorar – favela.
- B) liberte – candeeiro.
- C) quilombo – bastião.
- D) cativo – sentinela.
- E) escravo – senhor.

5. Considere os versos a seguir:

“Mas falta em seu peito um coração
Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz”

Quanto ao termo sublinhado é correto afirmar que se trata de um:

- A) pronome pessoal reto em posição de próclise.
- B) pronome pessoal oblíquo em posição de ênclise.
- C) pronome pessoal reto em posição de mesóclise.
- D) pronome pessoal oblíquo em posição de próclise.
- E) pronome relativo em posição de ênclise.

TEXTO 2



AP Photo/Leo Correa

A “Ala dos Manifestoches”, apresentada pela Paraíso do Tuiuti, como se sabe, expressou uma crítica aguda aos ‘atores’ sociais que – visíveis ou ocultos – promoveram as manifestações de rua pela deposição da presidente Dilma Rousseff. Patos com cifrões, camisetas alusivas às da seleção brasileira de futebol e panelas nas mãos satirizaram, respectivamente, a participação exacerbada da FIESP, a apropriação extemporânea de um nacionalismo confuso pelos manifestantes e uma militância proativa improvável dos setores médios e altos das classes médias urbanas. Por trás dos mal informados manifestantes se erguem enormes e poderosas mãos que sugerem a manipulação simbólica de seus movimentos.

6. Quanto à classe gramatical do espirituoso neologismo **manifestoches**, criado pela Escola de Samba de São Cristóvão, pode-se afirmar que se trata de:

- A) um verbo irregular.
- B) um substantivo.
- C) um adjetivo.
- D) uma locução adjetiva.
- E) uma conjunção adversativa.

TEXTO 3

NÃO SOMOS ESCRAVOS DE NENHUM SENHOR
Driade Aguiar

“(…) Como editora da Mídia NINJA, não sei colocar em palavras a dor que sentia a cada vez que entrava na página e via o post fixado com a foto de um rapaz negro com a Máscara de Flandres, uma cena tão antiquada quanto torturosamente atual. Esse post chegou a mais de 130 mil compartilhamentos, mais de 15 milhões de pessoas alcançadas – o alcance de quem fura a bolha ao focar sua linguagem para mais de 50% dos brasileiros, a população negra.

*Alegorias, fantasias, décimos e quesitos à parte, a agremiação de São Cristóvão, **o quilombo da favela**, termina aclamada como Campeã do Povo. (...)*

7. O trecho sublinhado aparece isolado entre vírgulas, porque se trata de:

- A) um aposto recapitulativo ou resumidor.
- B) uma locução adverbial.
- C) um vocativo.
- D) um aposto comparativo.
- E) ocução verbal.

TEXTO 4

O texto adiante apresenta trechos do artigo **Linguagem é poder: sobre jogos sujos e democracia**, publicado pela filósofa e escritora Marcia Tiburi (Revista Cult.uol, 22.02.2018). Leia-o e responda à questão proposta.

“Linguagem é poder. Antes de serem puros e simples atos de comunicação, todos os atos da linguagem são atos de poder. (...)”

O que se pode chamar de “jogo de poder” é estratégia de poder em seu sentido político. Todo jogo de poder é, na verdade, um jogo de linguagem. Há jogos de linguagem sem “jogos de poder”, mas não há jogo de poder sem linguagem.

A linguagem preferida do jogo de poder político em seu estado deturpado é a da dominação e da violência. O poder político – aquele que se exerce juntamente com outro, ou contra os outros com a consciência do seu efeito – é como uma engrenagem, como um dispositivo, é como um organismo que funciona para fazer sobreviver a si mesmo. Como as pessoas se relacionam com esse poder é uma pergunta que deve ser respondida por cada um.

Ninguém na sociedade humana, que é uma sociedade política – na qual mesmo quem não quer fazer política faz política, mesmo que a sua política seja uma espécie de antipolítica –, vive fora de relações de poder. Justamente porque não pode viver fora da linguagem. O poder político que não interessa a todos, a todos afeta e, na sua forma deturpada, depende justamente desse desinteresse da maioria para manter-se como é. (...)”

Fora do jogo da democracia, todo jogo de poder é um jogo sujo. Vamos aceitar?”

8. Assinale a alternativa que apresenta afirmação **INCORRETA** sobre o conteúdo do texto dado.
- O desinteresse da maioria pela política serve para manter o poder político deturpado.
 - O apolítico e o antipolítico são também 'atores' sociais políticos, mesmo sem querer.
 - A democracia é o ambiente imprescindível para que as disputas políticas possam ocorrer limpamente.
 - A autora convida o leitor à inquietação e à ação políticas.
 - A linguagem da dominação é a preferida do jogo de todo tipo de poder político.
9. O trecho destacado **"Há jogos de linguagem sem 'jogos de poder'"**, mas não há jogo de poder sem linguagem.", é um período:
- simples.
 - composto por coordenação.
 - composto por subordinação.
 - composto por coordenação e subordinação.
 - simples com uma oração coordenada.

TEXTO 5

"Você está sendo **enganado** (1).

A trapaça narrativa funciona em três etapas. Na primeira, um sujeito pergunta qual é o contrário de preto e alguém responde que é branco. Em seguida, ele pergunta qual é o contrário de claro e alguém responde que é escuro. Por último, o mesmo indivíduo pergunta qual é o contrário de verde, mas ninguém responde, pois, obviamente, não existe.

Só que não é verdade.

O contrário de verde é maduro, embora você não tenha pensado nisso. O problema é que fomos induzidos a pensar em termos cromáticos, esquecendo que um raciocínio **mais** (2) **complexo** (3) nos levaria a ver outros lados da questão. (...)"

Trecho do artigo "Não é golpe, é muito pior", de Felipe Pena, publicado em Crônicas do Golpe (2017), do mesmo autor, professor da Universidade Federal Fluminense e pós-doutor em Semiologia da Imagem.

10. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, antônimos dos três termos destacados e numerados no texto dado:
- (1) burlado; (2) porém; (3) complicado.
 - (1) desiludido; (2) todavia; (3) imperscrutável.
 - (1) desenganado; (2) menos; (3) singelo.
 - (1) enganoso; (2) demasiado; (3) simples.
 - (1) esclarecido; (2) excessivo; (3) trivial.

TEXTO 6

Adiante estão trechos da nota do Ministério da Educação divulgada, em 21 de fevereiro, por jornal de grande circulação na matéria **"MEC vai acionar MPF contra disciplina da UnB sobre 'golpe de 2016': Pasta quer apuração de 'improbidade administrativa' dos responsáveis pela criação do curso"**.

"O ministro da Educação, Mendonça Filho, lamenta que uma instituição respeitada e importante como a Universidade de Brasília adote uma prática de apropriação do bem público para promoção de pensamentos político-partidário ao criar a discipli-

na "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", que será ministrado no curso de Ciências Políticas da universidade.

O MEC irá encaminhar solicitação para a Advocacia-Geral da União (AGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF) para a apuração de improbidade administrativa por parte dos responsáveis pela criação da disciplina na Universidade de Brasília (UnB) por fazer proselitismo político e ideológico de uma corrente política usando uma instituição pública de ensino. (...)"

11. A leitura dos trechos dados permite afirmar que:
- há dois erros de concordância verbal e nenhum de concordância nominal no primeiro parágrafo.
 - há apenas um erro de concordância nominal no segundo parágrafo.
 - não há erros de concordância nos dois parágrafos.
 - há um erro de concordância nominal e outro de concordância verbal no primeiro parágrafo.
 - há um erro de concordância nominal e dois outros de concordância verbal no primeiro parágrafo.

TEXTO 7

O texto que segue reproduz trechos da nota da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica), divulgada na grande imprensa, em 22 de fevereiro, em apoio ao pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UnB) Luis Felipe Miguel, responsável pela disciplina **"O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil"**. Leia-o, atentamente, e responda à questão proposta.

"A comunidade acadêmica tem sido vítima **frequente** (I) de arbítrios semelhantes nos últimos meses. Mesmo após o trágico episódio que envolveu o suicídio do professor Luiz Carlos Cancellier, então reitor da UFSC, prisões, conduções coercitivas e demais gestos indicativos de abuso de poder, ora **orquestrados** (II) pelo Judiciário, ora pelo Executivo, têm indicado aos professores, alunos, servidores técnico-administrativos e demais membros da comunidade um exagero e um ímpeto manifesto em desqualificar o ambiente da universidade pública e das instituições de ensino superior de modo geral.

O curso proposto pelo colega da UnB, a partir da disciplina "Tópicos Especiais em Ciência Política 4", com o tema "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil" tem os seguintes objetivos: "(1) Entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de maio e agosto de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff; (2) Analisar o governo presidido por Michel Temer e investigar o que sua agenda de retrocessos nos direitos e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil; (3) **perscrutar** (III) os desdobramentos da crise em curso e as possibilidades de reforço da resistência popular e de restabelecimento do Estado de direito e da democracia política no Brasil." O programa contempla bibliografia lúcida, de autores relevantes nas Ciências Humanas e Sociais do país.

(...)

Esta Associação reafirma seu compromisso com a defesa da autonomia universitária e estimula iniciativas que busquem aprofundar a análise do atual cenário político e midiático brasileiro.”

12. Sobre as três palavras em destaque, identificadas com algarismos romanos, pode-se afirmar que:
- A) em (I) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; em (II) não se aplicava o uso do trema; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *perquirir*.
- B) em (I) não se aplicava o uso do trema; em (II) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *inquirir*.
- C) em (I) não se aplicava o uso do trema; em (II) não se aplicava o uso do trema; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *interrogar*.
- D) em (I) o trema foi mantido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, embora não anotado no texto; em (II) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *sondar*.
- E) em (I) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; em (II) o trema foi tornado facultativo pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) não pode ser substituída pelo vocábulo *indagar*.

TEXTO 8

Leia, adiante, trechos na nota do *Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp em defesa da liberdade de cátedra e da autonomia universitária*.

“O Departamento de Ciência Política da Unicamp vem a público manifestar irrestrita solidariedade ao professor e pesquisador Luís Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, que ministrará neste semestre a disciplina ‘O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil’. (...)”

Manifestamos nossa mais profunda indignação contra os ataques à Universidade Pública e aos seus membros que temos assistido nos últimos meses no Brasil. Não é o caminho pelo qual transformaremos o Brasil em um país soberano, justo e livre. Estamos e estaremos juntos na luta para mudar a atual situação política do país.”

13. Quanto à variação linguística, o texto dado se caracteriza:
- A) pela presença predominante da variante histórica.
- B) pela predominância da variante situacional informal.
- C) pelo emprego exclusivo da variante social.
- D) pelo uso exclusivo da variante situacional formal.
- E) pelas diversas marcas da variante geográfica paulista.

TEXTO 9

A Constituição da República Federativa do Brasil, a chamada Constituição Cidadã, vigente desde 1988, em seu Capítulo III, estabelece os princípios fundamentais que organizam e disciplinam a educação e sua gestão em todo o País; conforme a reprodução de parte dos artigos adiante:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (...);

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (...)”

14. Ao cotejar o que está estabelecido nesses dois artigos da Constituição, à luz dos acontecimentos que opuseram o MEC à UnB, conforme abordado nas questões anteriores, pode-se afirmar que há uma relação direta de sentido entre:
- A) o inciso I do artigo 206 e a autonomia administrativa assegurada no artigo 207.
- B) o inciso VI do artigo 206 e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão assegurada no artigo 207.
- C) a autonomia de gestão financeira e patrimonial assegurada no artigo 207 e o inciso III do artigo 206.
- D) a autonomia administrativa assegurada no artigo 207 e o inciso IV do artigo 206.
- E) o inciso II do artigo 206 e a autonomia didático-científica assegurada no artigo 207.

Leia o texto a seguir e responda às questões 15 e 16.

TEXTO 10

FIOCRUZ DIVULGA NOTA DE APOIO AO PESQUISADOR ELISALDO CARLINI

“A Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) manifesta sua solidariedade ao pesquisador Elisaldo Carlini e repudia a tentativa de criminalizar suas atividades acadêmicas. O professor Carlini e três outros pesquisadores do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid) foram convocados recentemente a depor diante da acusação de apologia ao crime. Ao que tudo indica, a intimação está relacionada à realização de um evento científico sobre os usos da maconha e sobre as possíveis mudanças legais que mitigassem os danos advindos da atual política de drogas. Centrada na repressão, esta política gera entraves à pesquisa com substâncias psicoativas tornadas ilícitas e **a exploração de seus usos terapêuticos** (1).”

A Fiocruz endossa a manifestação pública conjunta da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que **afirma** (2): ‘acusar o Dr. Carlini de apologia às drogas equivale a criminalizar a inteligência e o conhecimento técnico-científico’. Hoje, mais que nunca, em contraponto a práticas que buscam o retrocesso, é necessário posicionar-se pelo direito de se produzir ciência para a defesa da vida.”

15. Sobre a expressão destacada no primeiro parágrafo do texto dado pode-se afirmar que:
- A) falta o acento agudo indicador da crase.
 - B) não há falhas de acentuação.
 - C) falta o acento grave indicador da crase.
 - D) não há falhas de acentuação, embora haja erro de concordância verbal.
 - E) não há falhas de acentuação, embora haja erro de concordância nominal.
16. Quanto à palavra **afirma** (2), em destaque no segundo parágrafo do texto, é correto dizer que ela mostra concordância:
- A) nominal com a expressão “a Academia Brasileira de Ciências (ABC)”.
 - B) verbal com a expressão “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)”.
 - C) verbal com a expressão “a Academia Brasileira de Ciências (ABC)”.
 - D) verbo-nominal com a expressão “A Fiocruz”.
 - E) verbal com a expressão “a manifestação pública conjunta”.

TEXTO 11

O trecho a seguir é um fragmento de **MARCHA CONTRA O SABER**: *O golpe militar de 1964 e o AI-5 na Universidade de São Paulo*, de Carlos Giannazi.



Fonte: Estadão Newsletter

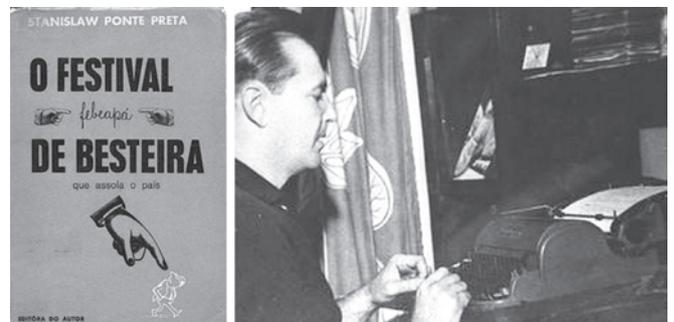
“As discussões na Congregação sobre o encarceramento arbitrário do professor Mário Schenberg.

A reunião de 27 de maio de 1964 foi o preciso momento em que a discussão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ao lado dos assuntos administrativos e acadêmicos, atingisse um caráter político mais determinado. Esse fato decorreu da manifestação do professor Florestan Fernandes, **que** (1) censurou a instituição por não haver demonstrado publicamente sua solidariedade ao professor Mario Schenberg, **que** (2) havia sido recentemente encarcerado pela polícia política. Recordou então o professor que a tomada dessa atitude seria “uma prova do zelo que temos pela autonomia universitária, pois é do maior interesse defender-se as condições mínimas para a nossa liberdade de pensamento. (...)”

Concordando com Florestan Fernandes, manifestou-se o professor Lívio Teixeira, que entendeu que ‘a Faculdade e a Universidade deveriam assumir uma atitude mais combativa com relação ao expurgo de professores, ocasionado pela atual situação política’. Assim, era de opinião que ‘a Universidade deve defender a sua liberdade de pensamento e sofrer por ela’ ”.

17. Relativamente aos termos destacados e numerados no texto dado, é **INCORRETO** afirmar que:
- A) ambos são pronomes relativos.
 - B) ambos introduzem orações subordinadas adjetivas explicativas.
 - C) (1) é recurso de coesão e retoma Florestan Fernandes.
 - D) (1) é interjeição e (2) é preposição.
 - E) (2) é recurso de coesão e refere-se a Mario Schenberg.

TEXTO 12



Capa da edição original do volume 1, 1966.

Em 1966, o escritor e jornalista carioca Sérgio Porto (1923-1968), sob o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, publicava o **Febeapá, Festival de Besteira que Assola o País**. Leia o trecho adiante e responda à questão proposta.

“É difícil ao historiador precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o país. Pouco depois da ‘redentora’, cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem ‘otoridades’, sentindo a oportunidade de aparecer, já que a ‘redentora’, entre outras coisas, incentivou a política do dedurismo (corruptela de dedo-durismo, isto é, a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo enfim, como corrupto ou subversivo — alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas), iniciaram essa feia prática, advindo daí cada besteira que eu vou te contar. (...)”

Foi então que estreou no Theatro Municipal de São Paulo a peça clássica Electra, tendo comparecido ao local alguns agentes do DOPS* para prender Sófocles, autor da peça e acusado de subversão, mas já falecido em 406 a.C. Era junho e o pensador católico Tristão de Ataíde, o mesmo Alceu de Amoroso Lima, uma das personalidades mais festejadas da cultura brasileira, chegava à mesma conclusão da flor dos Ponte Preta em relação à burrice reinante, ao declarar, numa conferência: ‘A maior inflação nacional é de estupidez’.”

* O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi órgão histórico de repressão e, também, centro de tortura durante a ditadura do Estado Novo e sob o regime imposto pelo golpe civil-militar de 1964.

18. Marque a alternativa na qual o fragmento retirado do texto não conota ironia.
- para prender Sófocles.
 - autoridades que geralmente se dizem 'otoridades'.
 - a peça clássica *Electra*.
 - conclusão da flor dos Ponte Preta.
 - A maior inflação nacional é de estupidez.
19. Quanto ao gênero e às características deste texto de Sergio Porto é correto afirmar que ele:
- é marcado por tentativa de reflexão crítica e subjetiva, característica do ensaio.
 - por ser um conto, apresenta uma "complicação, seu desenvolvimento, um clímax e um desfecho.
 - do lide à impessoalidade, mostra os principais marcadores de uma notícia.
 - mostra uma descrição minuciosa que compreende certo número de fatos, como uma resenha crítica.
 - apresenta linguagem simples e coloquial própria da crônica.

TEXTO 13

Como se sabe, o escritor Lima Barreto foi um crítico genial e desiludido da sociedade e das elites de seu tempo. Neste fragmento de seu *Diário Íntimo*, pode-se ler como, em 1919, o autor contemplava as mazelas e vícios da jovem República brasileira.

"Esses trinta anos de República têm mostrado, mais do que o passado regime, além da incapacidade dos dirigentes para guiar a massa da população na direção de um relativo bem-estar, a sua profunda desonestidade, os baixos ideais de sua política que, em presença de propinas e gorjetas, lucros ou quais seja em moeda, não trepidam em lançar na miséria, na mendicância, no *alcouce*¹, na taverna os seus patrícios, mesmo atirá-los à aventura de uma guerra, quando o *pourboire*², estrangeiro em geral, é de encher os olhos. A todas as reclamações, a todas as críticas, eles só sabem responder com o Santo Ofício policial que arvoraram em Academia, Sínodo, Concílio, para julgar e condenar esta ou aquela teoria política que qualquer precisa expor e não lhes agrade."

1 prostíbulo.

2 o ganho, a gorjeta

Passados quase 100 anos, essa dura análise do legado republicano, à luz dos dias que correm, como se pode ver, soa muito contemporânea. Releia o trecho adiante e responda à questão proposta.

"A todas as reclamações, a todas as críticas, **eles** só sabem responder com o Santo Ofício policial que arvoraram em Academia, Sínodo, Concílio, para julgar e condenar esta ou aquela teoria política que qualquer precisa expor e não **lhes** agrade."

20. Os dois termos em destaque referem-se:
- aos dirigentes republicanos.
 - aos seus patrícios.
 - aos estrangeiros em geral.
 - à Academia, ao Sínodo, ao Concílio.
 - aos trinta anos de República.

LEGISLAÇÃO

21. Milton Carlos, servidor público federal, investido no cargo efetivo de Assistente em Administração da UFRJ há 1 (um) ano, pretende solicitar licença para acompanhar seu cônjuge, que foi deslocado para outro ponto do território nacional. Sobre o presente caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:
- o estágio probatório do servidor não ficará suspenso durante o período da referida licença.
 - o estágio probatório do servidor ficará suspenso durante o período da referida licença e será retomado a partir do término do impedimento.
 - o servidor não pode acompanhar o cônjuge, tendo em vista que se encontra em estágio probatório.
 - a referida licença será por prazo indeterminado e com remuneração.
 - a referida licença será por prazo determinado e sem remuneração.
22. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o auxílio-moradia consiste no ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, após a devida comprovação da despesa pelo servidor. Sobre os requisitos para a concessão do auxílio-moradia, é **INCORRETO** afirmar que:
- conceder-se-á auxílio-moradia caso não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor.
 - não será concedido auxílio-moradia se o servidor for deslocado por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.
 - o valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
 - conceder-se-á auxílio-moradia ainda que o cônjuge ou companheiro do servidor ocupe imóvel funcional.
 - no caso de falecimento ou exoneração do servidor, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior.
23. Ana Vitória, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Arquivista da UFRJ, opôs, pela primeira vez, resistência injustificada à execução de serviços do Setor de Protocolo da instituição pública onde trabalha. Sobre o presente caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que a conduta da servidora:
- é proibida, sob pena de ser-lhe aplicada pena de advertência, por escrito, mediante processo administrativo.
 - é proibida, sob pena de ser-lhe aplicada pena de demissão, mediante processo administrativo.
 - não é proibida desde que praticada no período de estágio probatório.
 - será punida com suspensão de até dois anos, podendo ser prorrogada por um ano, sem direito à remuneração.
 - será punida com suspensão de até três anos, podendo ser prorrogada por dois anos, com direito à remuneração.

24. João Vicente, servidor da UFRJ, solicitou à instituição onde trabalha informações sobre condutas de agentes públicos, também servidores da universidade, que implicaram violação de direitos humanos. Tais informações seriam necessárias a João Vicente para tutela judicial de direitos fundamentais. Para surpresa do servidor, o acesso a essas informações lhe foi negado, tendo em vista que elas foram classificadas como sigilosas pela respectiva instituição. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar que:

- A) como tais informações foram consideradas sigilosas pela instituição, ainda que necessárias à tutela judicial, o acesso deve ser restrito.
- B) a instituição agiu conforme a Lei de Acesso à Informação, que determina a impossibilidade de acesso a informações que versem sobre condutas que violem os direitos humanos.
- C) a instituição não agiu conforme a Lei de Acesso à Informação, que determina a impossibilidade de ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial.
- D) o servidor não pode ter acesso a tais informações, pois, nos termos da lei, elas são consideradas ultrassecretas.
- E) a instituição está impedida de divulgar tais informações, pois, nos termos da lei, a sua divulgação oferece risco à estabilidade financeira, econômica e monetária do país.

25. “O Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal, Decreto nº 1.171/1994, é um guia de conduta profissional e pessoal a que os servidores públicos estão submetidos. Ele preceitua a preservação dos mais nobres princípios éticos e morais, desejáveis no comportamento daqueles que têm, como profissão, o exercício de função pública: os servidores públicos.”

Disponível em: www.ufmg.br/pfufmg
(acesso em 10 de março de 2018)

De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, é vedado ao servidor público:

- A) facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.
- B) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários dos serviços públicos e dos jurisdicionados administrativos.
- C) usar artifícios para procrastinar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- D) divulgar e informar a todos os integrantes de sua classe sobre a existência do Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
- E) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

26. Sobre a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) as normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte na forma da lei.

- B) nos processos de licitação, em igualdade de condições e como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos no Brasil.
- C) não poderá participar da licitação, direta ou indiretamente, o servidor ou o dirigente de órgão ou entidade contratante ou o responsável pelo processo licitatório.
- D) as licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- E) nos processos de licitação, não poderá ser estabelecida margem de preferência, ainda que para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

27. O processo administrativo na Administração Pública rege-se pelo princípio do devido processo legal, em conformidade com o art. 5º, LIV, da Carta Magna. De acordo com esse princípio, “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Nesse sentido, é assegurado ao cidadão o direito de peticionar ou de responder perante a órgãos do poder público, respeitando as fases do processo, ou seja: a instauração, a instrução e o julgamento. Sobre o processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:

- A) os interessados têm direito à vista do processo, mas não podem obter certidões ou cópias reprodutíveis dos dados e documentos que o integram.
- B) são legitimadas como interessadas no processo administrativo as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
- C) concluída a instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- D) os atos administrativos não necessitam ser motivados quando impõem ou agravam deveres, encargos ou sanções.
- E) a desistência ou renúncia do interessado, em qualquer caso, prejudica o prosseguimento do processo.

28. Segundo Hely Lopes Meirelles, a Administração Pública Indireta “é o conjunto de entes (entidades com personalidade jurídica) que, vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público” (Meirelles, 2004, p. 730).

Marque a alternativa que apresenta somente entidades da Administração Pública Indireta:

- A) Empresas Públicas, Ministério da Fazenda e Fundações Públicas.
- B) Sociedades de Economia Mista, Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos.
- C) Fundações Públicas, Ministério da Defesa e Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- D) Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
- E) Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

29. Dulce Maria, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Contadora na UFRJ, foi aprovada no concurso público para o Magistério do Estado do Rio de Janeiro. Em dúvida se poderia assumir o cargo de professora na rede estadual, dirigiu-se ao Setor de Recursos Humanos da universidade onde trabalha e obteve a informação sobre a possibilidade de acumular os dois cargos.

Sobre o presente caso, é correto afirmar que a acumulação dos respectivos cargos:

- A) é lícita, nos termos da Constituição Federal, que permite a acumulação do cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, ainda que não haja compatibilidade de horários.
 - B) não é lícita, tendo em vista que a Constituição Federal só permite a acumulação do cargo de professor com outro do magistério.
 - C) não é lícita, pois, de acordo com a Constituição Federal, o cargo de Contadora na UFRJ não tem natureza técnica ou científica.
 - D) é lícita, nos termos da Constituição Federal, que permite a acumulação do cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, se houver compatibilidade de horários.
 - E) não é lícita, pois, nos termos da Constituição Federal, é possível a acumulação somente para os cargos privativos de profissionais da saúde.
30. “Os princípios básicos da Administração Pública estão consubstancialmente em doze regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador: legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público. Os cinco primeiros estão expressamente previstos no art. 37, caput, da CF de 1988; os demais, embora não mencionados, decorrem do nosso regime político, tanto que foram textualmente enumerados pelo art. 2º da Lei Federal nº 9.784, de 29/01/1999” (Meirelles, 2000, p. 81).

Sobre os princípios da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado obriga a Administração Pública a considerar o interesse coletivo acima das aspirações particulares. Tal princípio é um pressuposto lógico do convívio em sociedade.
- B) o princípio da segurança jurídica decorre da essência do Estado Democrático de Direito, cujo objetivo é oferecer um mínimo de estabilidade e certeza no convívio social organizado. Tal princípio previne surpresas que comprometam o direito das pessoas, assegurando o cumprimento das normas jurídicas.
- C) o princípio da ampla defesa assegura ao réu trazer para o processo todos os elementos que possam esclarecer a verdade, ainda que tais elementos não sejam permitidos por lei.
- D) o princípio do contraditório é uma consequência direta do direito de defesa, pois garante ao réu ou ao acusado o direito de se opor aos atos produzidos pela acusação.
- E) o princípio da motivação impõe à Administração Pública o dever de expor as razões de direito e de fato pelas quais tomou a providência adotada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com Gohn (2011), a educação não se resume à educação escolar realizada na escola propriamente dita, há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Nessa perspectiva, pode-se considerar que:

- A) a comunidade se reduz à participação dos pais/mães de alunos, usualmente com um único objetivo: a ajuda dos pais para a escola superar carências e deficiências (normalmente econômicas).
- B) a nova concepção de relação escola-comunidade amplia o espectro dos sujeitos em ação, pressupondo um trabalho conjunto entre pais, professores, gestores e funcionários, representantes de associações e organizações de bairros e entorno das escolas.
- C) a participação social em movimentos e ações coletivas contribui para a dissocialibilidade entre vida e educação.
- D) o compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham como base a participação social necessitam, exclusivamente, do protagonismo do Diretor da escola.
- E) o caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, supõe a transmissão de conhecimentos escolares básicos.

32. A Meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) prevê elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Entre as estratégias estabelecidas para o cumprimento dessa meta, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) a garantia por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior se dará a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares.
- B) ocorra a expansão do financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio das agências oficiais de fomento.
- C) sejam estimuladas a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as agências estaduais de fomento à pesquisa.
- D) haja ampliação da oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado, nos campi novos, abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.
- E) sejam consolidados programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

33. A Lei nº 13.174/2015 insere o inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior:
- a atuação em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.
 - a promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
 - o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.
 - a formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.
 - o suscitar para o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.
34. A Lei nº 11.645/2008 altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena". Isso implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio. Gomes (2008) enfatiza que a implementação de um trabalho com a questão racial na escola e no currículo contribui para repensar o fazer pedagógico de maneira mais ampla e mais profunda. Nesse sentido, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A realização de projetos interdisciplinares de trabalho, o estímulo de práticas mais coletivas e o reforço teórico e metodológico do combate ao racismo e à discriminação racial na escola devem ser potencializados.
 - As ações pedagógicas e as práticas desenvolvidas na perspectiva apontada pela lei não podem desconsiderar o contexto das políticas de ação afirmativa.
 - A escola, instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente contra toda e qualquer forma de discriminação.
 - Os conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira deverão ser ministrados prioritariamente nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
 - A estrutura escolar, a organização do trabalho docente e a gestão de processos devem ser cada vez mais democráticos visando à construção de espaços coletivos para a formação em serviço e continuada.
35. O PNE (2014-2024) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, as quais são divididas em grupos. O primeiro grupo é de metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade. O segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas. O quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior, que, em geral, é de responsabilidade dos governos federal e estaduais.
- Nesse sentido, a elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os seguintes princípios, **EXCETO**:
- o respeito aos direitos humanos.
 - a sustentabilidade socioambiental.
 - a valorização da diversidade e da inclusão.
 - a valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias.
 - a valorização da heteronomia.
36. De acordo com Moreira (1999), essa teoria de aprendizagem pressupõe o aprendiz enquanto pessoa que pensa, sente e age integradamente, numa relação que agrega comportamento, cognição e sentimentos. Tendo como base o pensador Carl Rogers, essa concepção deu origem ao "ensino centrado no aluno", que pressupõe ampla liberdade de escolha aos aprendizes com relação ao que estudar. Mais recentemente, vemos ecos dessa corrente filosófica no conceito de "aprendizagem significativa", que torna positiva a integração entre pensamento, sentimento e ação, levando o aprendiz à autorrealização e ao crescimento pessoal. A teoria de aprendizagem à qual o texto se refere é o:
- behaviorismo.
 - cognitivismo.
 - humanismo.
 - comportamentalismo.
 - construtivismo.
37. No que diz respeito ao que trata a LDB nº 9394/96 sobre a Educação Superior, assinale a alternativa correta.
- Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
 - A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.
 - As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos não regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante sorteio.
 - Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, com ausência de registro formal mas com firma reconhecida do decano do curso, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.
 - Nas instituições públicas e privadas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de doze horas semanais de aulas.

38. O Sistema Educacional Brasileiro em vigor tem como base legal a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9394/96, e sua estrutura consiste na oferta de educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e educação superior. A LDB nº 9394/96 versa sobre a organização da Educação Nacional e define incumbências da União, dos Estados, dos Municípios, dos estabelecimentos de ensino e dos docentes. De acordo com esta lei, é incumbência dos estabelecimentos de ensino:
- A) assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.
 - B) zelar pela aprendizagem dos alunos.
 - C) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
 - D) velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.
 - E) baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação.
39. Diversas pesquisas e estudos se preocupam em definir os diferentes modos como uma escola pode ser organizada e gerida. Libâneo (2001) aponta três concepções de organização e gestão escolar: a técnico-científica (ou funcionalista), a autogestionária e a democrático-participativa. Assinale a alternativa que **NÃO** condiz com a concepção autogestionária.
- A) Busca de objetividade no trato das questões da organização e gestão, mediante coleta de informações reais.
 - B) Ênfase na auto-organização do grupo de pessoas da instituição, por meio de eleições e alternância no exercício de funções.
 - C) Recusa a normas e sistemas de controle, acentuando-se a responsabilidade coletiva.
 - D) Ênfase nas inter-relações mais do que nas tarefas.
 - E) Decisões coletivas (assembleias, reuniões), eliminação de todas as formas de exercício de autoridade e poder.
40. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre a Pedagogia de Projetos.
- A) A discussão sobre Pedagogia de Projetos surgiu no início do século XX com John Dewey e outros representantes da chamada “Pedagogia Ativa”.
 - B) Um projeto gera situações problemáticas, ao mesmo tempo, reais e diversificadas, e possibilita que os educandos, ao decidirem, opinarem, debaterem, construam sua autonomia e seu compromisso com o social.
 - C) Esta prática alternativa estimula o professor a apresentar projetos políticos de nação aos alunos, para que compreendam e se apropriem da história de seu povo.
 - D) O professor neste contexto é o mediador, o estimulador, que articula as experiências extra e intraclasse e leva o aluno a refletir sobre suas relações com o mundo e o conhecimento.
 - E) Esta proposta metodológica dá ênfase à contextualização dos conteúdos e à interdisciplinaridade das disciplinas como práticas que se fundamentam essencialmente no diálogo e na ação de forma crítica e reflexiva.
41. Segundo o documento - A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A Escola Comum Inclusiva (MEC, 2010, p. 9), “A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas”. Percebe-se, neste argumento, a ideia de que o centro do problema da exclusão não está mais nas diferenças, e sim:
- A) no sistema educacional.
 - B) nos aspectos pedagógicos.
 - C) no professor.
 - D) nos alunos.
 - E) na igualdade.
42. Moreira e Candau (2007) insistem na necessidade de um tipo de orientação nas escolas e nos currículos que assente na tensão dinâmica e complexa existente entre as políticas de igualdade e da diferença. A orientação a que os autores se referem é a:
- A) interdisciplinar.
 - B) disciplinar.
 - C) transcultural.
 - D) transdisciplinar.
 - E) multicultural.
43. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007):
- A) A deficiência é um conceito consolidado e resulta da disputa de pessoas com deficiência contra as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade, a qual não precisa ser adaptada.
 - B) A deficiência é um conceito consolidado e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
 - C) A deficiência é um conceito em evolução e resulta da disputa de pessoas com deficiência contra as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade, a qual não precisa ser adaptada.
 - D) A deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade, a qual não precisa ser adaptada.
 - E) A deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

44. O parágrafo 1º do Artigo 4º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) define discriminação para os efeitos da Lei. De acordo com a lei, assinale a alternativa que define o termo.
- A) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de facilitar, ajudar ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
 - B) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, ajudar ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
 - C) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de facilitar, impedir ou validar o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
 - D) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
 - E) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, ajudar ou validar o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
45. Assinale a alternativa que se refere à Estratégia 4.11 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.
- A) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.
 - B) Promover o desenvolvimento de pesquisas de ponta para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.
 - C) Promover o desenvolvimento de pesquisas internacionais para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.
 - D) Promover o desenvolvimento de pesquisas na saúde para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.
 - E) Promover o desenvolvimento de pesquisas psicológicas para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.
46. Segundo o Inciso II do artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: II - _____ específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados”. Assinale a opção que completa a lacuna em branco do texto citado.
- A) Continuidade.
 - B) Iniciação.
 - C) Terminalidade.
 - D) Medicação.
 - E) Maioridade.
47. A Meta 4 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 afirma: “_____, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao _____, preferencialmente na rede _____ de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. As palavras que completam corretamente os espaços em branco são, respectivamente:
- A) socializar, atendimento especializado de saúde e privada.
 - B) individualizar, atendimento cultural especializado e pública.
 - C) estender, atendimento clínico especializado e midiática.
 - D) universalizar, atendimento educacional especializado e regular.
 - E) aproveitar, atendimento socioeducativo especializado e municipal.

48. Observe a figura a seguir:



Fonte: <http://dialogosepalavras.blogspot.com.br/2016/06/equidade-ou-igualdade.html>

É possível identificar em sites variados esta imagem. Tomando por base sua associação com o campo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que defende a flexibilização das práticas pedagógicas, pode-se dizer que ela aponta para a ideia de uma educação que:

- A) é igualitária.
- B) não requer alterações.
- C) é justa.
- D) deve ser louvada.
- E) não é para todos.

49. O Artigo 56 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) define a acessibilidade como um/uma:

- A) necessidade.
- B) privilégio.
- C) direito.
- D) dever.
- E) condição.

50. Em conformidade com o Artigo 3 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), um de seus princípios fundamentais é "O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e _____". Assinale a alternativa que completa adequadamente o texto citado.

- A) da humanidade.
- B) da sociedade.
- C) da comunidade.
- D) do mundo.
- E) da natureza.

51. Assinale a alternativa que se refere ao outro nome como também é conhecida a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015).

- A) Plano Viver sem Limites.
- B) Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- C) Lei de Cotas.
- D) Declaração de Salamanca.
- E) Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

52. Boaventura de Souza Santos (2003) elenca cinco teses sobre multiculturalismos emancipatórios e escalas de luta contra a dominação. Assinale a tese correta do rol mencionado.

- A) Diferentes formas de opressão ou de dominação geram formas de assujeitamento, de imobilização, de subjetividade e de identidade também distintas, que invocam noções de justiça diferentes. Nessas opressões e em suas articulações locais/globais reside o impulso da globalização contra-hegemônica.
- B) Diferentes coletivos humanos produzem formas diversas de ver e dividir o mundo, que não obedecem necessariamente às diferenciações eurocêntricas como, por exemplo, a que divide as práticas sociais entre a economia, a sociedade, o Estado e a cultura, ou a que separa drasticamente a natureza da sociedade. Está em curso uma reavaliação das relações entre essas diferentes concepções do mundo e as suas repercussões no direito e na justiça.
- C) A incompletude das culturas e das concepções da verdade humana, do direito e da utopia exige o desenvolvimento de formas de diálogo (hermética diatópica) que promovam a complexificação dos círculos de reciprocidade.
- D) As políticas emancipatórias e a invenção de novas políticas jogam-se no terreno da tensão entre igualdade e diversidade, entre a exigência de reconhecimento e a necessidade da redistribuição.
- E) O sucesso das lutas emancipatórias depende das alianças que os seus protagonistas são capazes de impor. No início do século XXI, essas alianças têm de evitar uma multiplicidade de escalas locais, nacionais e globais e têm de recusar movimentos e lutas contra diferentes formas de opressão.

53. De acordo com o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, "O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo _____ à escolarização". Assinale a opção que completa a lacuna em branco no texto.

- A) Complementares.
- B) Suplementares.
- C) Alternativas.
- D) Substitutivas.
- E) Constitutivas.

54. Para Boaventura de Souza Santos (2003), "temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza" (p. 56). O autor considera esta máxima como um:

- A) Princípio teórico-metodológico.
- B) Construto epistemológico.
- C) Direito humano básico.
- D) Pensamento utópico.
- E) Imperativo transcultural.

- 55.** A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que “em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para _____ o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta _____ dos sistemas de ensino e deve ser realizado no _____ da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional”. Dentre as alternativas a seguir, assinale a que completa corretamente as lacunas do texto.
- A) Avaliar, alternativa, mesmo turno.
B) Avaliar, obrigatória, turno inverso ao.
C) Apoiar, obrigatória, turno inverso ao.
D) Apoiar, obrigatória, mesmo turno.
E) Avaliar, alternativa, turno inverso ao.
- 56.** Segundo o Art. 55. da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015), “a concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios _____, tendo como referência as normas de acessibilidade”. A opção que completa corretamente o texto apresentado é:
- A) de Igualdade de Oportunidades.
B) de Democracia.
C) de Liberdade de Expressão.
D) do Desenho Universal.
E) da Constituição Brasileira.
- 57.** José Pacheco (2000, 2016), ao discutir políticas curriculares, identifica quatro possibilidades no processo de desenvolvimento do currículo. Assinale a alternativa que descreve corretamente as quatro possibilidades, segundo o autor.
- A) Uma política igual e diversificada; igual e desigual; diversificada e homogênea; homogênea e opressora.
B) Uma política igual e diferente; igual e heterogênea; diversificada e igual; homogênea e alternativa.
C) Uma política igual e homogênea; igual e diversificada; diversificada e desigual; homogênea e desigual.
D) Uma política igual e heterogênea; igual e alternativa; diversificada e alternativa; homogênea e diferente.
E) Uma política igual e opressora; igual e diferente; diversificada e opressora; homogênea e diferente.
- 58.** O artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), em redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, define Educação Especial como uma “modalidade de educação escolar oferecida...” Assinale a alternativa que completa a definição de Educação Especial, conforme a legislação mencionada.
- A) ... preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
B) ... obrigatoriamente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
C) ... unicamente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
D) ... alternativamente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
E) ... colaborativamente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 59.** O Plano Nacional de Educação 2014-2024 refere-se à garantia da oferta de educação inclusiva. Em sua estratégia 4.8, ele menciona um aspecto a ser vedado e outro a ser promovido. Assinale a alternativa que aponta, respectivamente, os dois aspectos.
- A) Exclusão do ensino privado sob alegação de deficiência e articulação política entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
B) Exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
C) Exclusão do ensino confessional sob alegação de deficiência e articulação orçamentária entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
D) Exclusão do ensino público sob alegação de deficiência e articulação cultural entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
E) Exclusão do ensino bilíngue sob alegação de deficiência e articulação ética entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
- 60.** A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), em seu artigo 24 (Educação), item 2.e, afirma que para que se realize o direito das pessoas com deficiência à educação, os Estados devem assegurar que “Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento _____ e social, de acordo com a meta de inclusão plena.” Assinale a opção que completa adequadamente o trecho em branco.
- A) Acadêmico.
B) Pessoal.
C) Político.
D) Cultural.
E) Da cidadania.



UFRJ